





...continuação

**ENEL TRADING BRASIL S.A. – CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25**

das que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir: a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir: (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia. b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidência e instrumentos financeiros. Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração dos CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não possui transações neste escopo. **3.4. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo CFC

**4. Caixa e equivalentes:**

Caixa e contas correntes bancárias	157.058	1.451
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>157.058</b>	<b>1.451</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

**5. Títulos e valores mobiliários:**

Fundos de investimentos não exclusivos	35.510	3.754
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>35.510</b>	<b>3.754</b>

Por meio de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e prefixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

**6. Contas a receber de clientes**

	Vencidos		Vencidos há mais de 90 dias		2021		2020	
	A vencer	até 90 dias						
Consumidores e concessionárias	427.627	8.428	2.166	438.221	-	-	-	-
Mercado de curto prazo	-	-	-	-	311.407	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas (nota 15)	94.421	216.986	2.166	749.628	-	-	-	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(522.048)	(225.414)	(15.165)	(15.165)	-	-	-	-
	<b>522.048</b>	<b>225.414</b>	<b>(12.999)</b>	<b>734.463</b>	-	-	-	-

A movimentação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	2020	Adição	2021
	(15.165)	(15.165)	(15.165)

**7. Fornecedores:**

Compra de energia	227.869	2020
Compra de energia com partes relacionadas (nota 15)	369.101	-
Materiais e serviços	189	-
<b>Total</b>	<b>598.159</b>	

**8. Imposto de renda e contribuição social a pagar e outras obrigações fiscais:** O saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar é de R\$ 609. A composição das outras obrigações fiscais, estão demonstradas a seguir:

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	22.426	2020
Programa de Integração Social (PIS)	70	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	362	-
Outros	6	-
<b>Total</b>	<b>22.864</b>	

**9. Cauções em garantias:** Como forma de cumprimento de garantias, a Companhia possibilita que os clientes depositem cauções relacionados aos contratos de venda de energia que são mantidos até o final do contrato, quando o cliente tem a opção de reaver os valores caucionados atualizados ou compensar com as últimas faturas de energia. O saldo de cauções e depósitos é de R\$25.107 em 31 de dezembro de 2021 (R\$4.215 em 31 de dezembro de 2020).

**10. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Acionista	2021		2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100%	1.000.000	100%
<b>Total</b>	<b>5.280.312</b>	<b>100%</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100%</b>

Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 4.280 passando dos atuais R\$ 1.000 para R\$ 5.280 mediante a emissão de 4.280.312, novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.271 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2020). b) **Destinação de resultado:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia excede o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para AGO, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

**11. Receita líquida:**

	2021	2020
Receita de comercialização de energia	3.284.843	-
Receita de comercialização de energia - partes relacionadas (nota 15)	1.634.538	-
Ganho (perda) com compra e venda a termo de energia	(2.774)	2.051
Total da receita operacional bruta	<b>4.916.607</b>	<b>2.051</b>
(-) Deduções da receita	-	-
PIS	(81.170)	-
ICMS	(373.873)	-
Total de deduções da receita	<b>(455.043)</b>	<b>-</b>
	<b>4.461.564</b>	<b>2.051</b>

**12. Custo do serviço e despesas gerais e administrativas:**

	2021		2020	
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas Total
Pessoal	(6.093)	(2.807)	(8.900)	(1)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.315.292)	(1.315.292)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas (nota 15)	(2.704.001)	(2.704.001)	-	-
Serviços de terceiros	(499)	(522)	(1.021)	-
Outras despesas	-	(1.859)	(1.859)	-
<b>Total</b>	<b>(4.025.885)</b>	<b>(5.188)</b>	<b>(4.031.073)</b>	<b>-</b>

**13. Resultado financeiro:**

	2021	2020
Receitas financeiras	-	-
Renda de aplicações financeiras	4.992	-
Outras receitas financeiras	2.828	-
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(414)	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>7.406</b>	<b>-</b>
Despesas financeiras	-	-
Atualização de impostos e multas	(4.120)	(1)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(4.120)</b>	<b>(1)</b>
<b>Total</b>	<b>3.286</b>	<b>(1)</b>

**14. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	2021	2021	2020	2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	418.612	418.612	2.050	2.050
Reversão dos juros sobre capital próprio	25%	9%	25%	9%
Alíquota nominal dos tributos	(104.629)	(37.675)	(513)	(185)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	-	-	-	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(71)	(26)	-	-
Incentivos fiscais	23	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(104.677)	(37.701)	(513)	(185)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(109.326)	(39.374)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.649	1.673	(513)	(185)
Total	(104.677)	(37.701)	(513)	(185)
Alíquota Efetiva	25,01%	9,01%	25,00%	9,00%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		DRE	
	2021	2020	2021	2020
IR e CS sobre diferenças temporárias - resultado	5.625	(697)	6.322	(697)
Ajuste a valor justo positivo	-	-	-	252
Ajuste a valor justo negativo	-	-	-	(949)
Provisão ganho/perda com instrumentos financeiros derivativos	433	(697)	1.130	-
Provisão materiais e serviços	36	-	36	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	5.26	-	5.156	-
Efeito no resultado do exercício	<b>5.625</b>	<b>(697)</b>	<b>6.322</b>	<b>(697)</b>

**15. Partes relacionadas:** Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil ("Companhias"), controlador da Companhia.

Natureza da transação	Parte Relacionada	Vigência	31.12.2021		31.12.2020		2021		2020	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita	Despesa		
Contrato de MVE (Compra de energia excedente)	Eletropaulo	Dezembro 2021	-	(2.590)	-	-	-	-	(57.243)	
Ampla Energia e Serviços	-	-	-	(408)	-	-	-	9.179	-	
Enel Green Power Cachoeira	-	-	-	(63.714)	-	-	-	60.737	-	
CELG Distribuição S/A, CE	-	-	-	(541)	-	-	-	11.797	-	
Enel Green Power Volta Grande	-	-	-	(7.897)	-	-	-	104.458	-	
EGP Esperança 16	-	-	11.686	(10.381)	-	-	-	(1.303)	-	
EGP Esperança 21	-	-	13.139	(13.889)	-	-	-	750	-	
EGP Esperança 22	-	-	17.681	(13.311)	-	-	-	(4.369)	-	
EGP Esperança 25	-	-	6.865	(6.067)	-	-	-	(799)	-	
EGP Esperança 26	-	-	9.453	(11.638)	-	-	-	1.013	-	
EGP São Gonçalo II 07	-	-	897	(1.373)	-	-	-	4.627	-	
EGP São Gonçalo II 08	-	-	-	(1.630)	-	-	-	17.190	-	
EGP São Gonçalo II 11	-	-	-	(1.630)	-	-	-	17.190	-	
EGP São Gonçalo II 12	-	-	-	(1.630)	-	-	-	17.190	-	
EGP Fonte Dos Ventos 02	-	-	5.470	(7.012)	-	-	-	1.541	-	
EGP Fonte Dos Ventos 03	-	-	4.636	(6.300)	-	-	-	1.664	-	
EGP São Gonçalo 14	-	-	11.511	(1.806)	-	-	-	(19)	-	
EGP São Gonçalo 15	-	-	11.511	(1.806)	-	-	-	(9.332)	-	
EGP São Gonçalo 17	-	-	12.895	(1.806)	-	-	-	(15.625)	-	
EGP São Gonçalo 18	-	-	8.292	(1.806)	-	-	-	(17.283)	-	
EGP São Gonçalo 19	-	-	12.793	(1.792)	-	-	-	(15.909)	-	
EGP Cumaru 01	-	-	614	(14.992)	-	-	-	14.155	-	
EGP São Gonçalo 10	-	-	1.439	(922)	-	-	-	(6.835)	-	
EGP São Gonçalo 21	-	-	9.134	(922)	-	-	-	(8.483)	-	
EGP São Gonçalo 4	-	-	3.098	(922)	-	-	-	16.222	-	
EGP São Gonçalo 5	-	-	13.345	(7.216)	-	-	-	25.329	-	
EGP Ventos Santa Angela 3	-	-	1.486	(2.342)	-	-	-	14.236	-	
EGP Ventos Santa Angela 4	-	-	1.430	(2.113)	-	-	-	10.867	-	
EGP Ventos Santa Angela 5	-	-	215	(2.782)	-	-	-	25.868	-	
EGP Ventos Santa Angela 6	-	-	167	(2.692)	-	-	-	24.440	-	
EGP Ventos Santa Angela 9	-	-	-	(3.333)	-	-	-	30.481	-	
EGP Ventos Santa Angela 10	-	-	-	(2.941)	-	-	-	26.818	-	
EGP Ventos Santa Angela 11	-	-	246	(3.163)	-	-	-	28.825	-	
EGP Ventos Santa Angela 14	-	-	-	(2.954)	-	-	-	27.154	-	
EGP Ventos Santa Angela 15	-	-	1.623	(3.068)	-	-	-	35.103	-	
EGP Ventos Santa Angela 17	-	-	1.588	(3.001)	-	-	-	35.589	-	
EGP Ventos Santa Angela 19	-	-	1.122	(2.116)	-	-	-	21.046	-	
EGP Ventos Santa Angela 20	-	-	722	(2.364)	-	-	-	24.611	-	
EGP Ventos Santa Angela 21	-	-	884	(2.160)	-	-	-	22.646	-	
EGP Ventos Santa Esper 13	-	-	11.846	(9.335)	-	-	-	(2.511)	-	
EGP Ventos Santa Esper 15	-	-	14.748	(14.263)	-	-	-	(1.402)	-	
EGP Ventos Santa Esper 17	-	-	10.320	(12.008)	-	-	-	875	-	
Compra/Venda de Energia	Até o final da concessão	-	2.694	(3.950)	-	-	-	28.937	-	
EGP Cumaru 02	-	-	9.296	(14.036)	-	-	-	4.740	-	
EGP Cumaru 03	-	-	13.862	(13.695)	-	-	-	(626)	-	
EGP Cumaru 04	-	-	11.402	(13.221)	-	-	-	(1.416)	-	
EGP Cumaru 05	-	-	10.521	(12.310)	-	-	-	(1.405)	-	
EGP Ventos Santa Angela 12	-	-	2.420	(1.807)	-	-	-	15.993	-	
EGP Ventos Santa Angela 16	-	-	235	(1.975)	-	-	-	17.752	-	
EGP Ventos Santa Angela 13	-	-	235	(1.782)	-	-	-	17.563	-	
EGP Ventos Santa Angela 18	-	-	207	(1.851)	-	-	-	18.538	-	
EGP Ventos Santa Esper 08	-	-	8.610	(6.849)	-	-	-	(1.761)	-	
Alvorada Energia S/A	-	-	-	(280)	-	-	-			



...continuação

**ENEL TRADING BRASIL S.A. – CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25**

normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações. Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco. Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros). A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos: O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de  *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos. O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda

linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceira linhas de defesa. A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos. **17. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratada:

Riscos	Data de vigência		Importância Seguradora	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	N/A	6.284.021

**18. Compromissos:** Os compromissos são referentes a contratos de longo prazo conforme descritos abaixo:

Obrigações contratuais	2022	2023	2024	2025	Após 2026	Total
Compra de energia	4.605.406	3.155.829	3.127.709	3.169.630	30.545.588	44.604.162

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Matteo de Zan	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
<b>Relações com Investidores - Fabio Romanin</b>	
<b>Contador Responsável - Camila Silva de Mello – CRC 1RS083577/O-5</b>	

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Diretores e Acionistas da **Enel Trading Brasil S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Trading Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Trading Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 15 de abril de 2021, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de maio de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6-F-RJ Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo - Contador CRC RJ-092563/O-1

www.enel.com.br



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>